

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre findo em
30 de junho de 2026 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório da Administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. (“Banco”), acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), que inclui as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo BACEN e são consubstanciadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ação, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco continuou a apresentar desenvolvimento sólido em seu modelo de negócios, com a manutenção da sua carteira A carteira de crédito e arrendamento mercantil apresentou o montante de R\$ 649 milhões com 964 contratos ativos.

Principais indicadores para a data-base 30 de junho de 2026 (em reais mil):

Descrição	30 de junho de 2026
Ativos totais	683.295
Carteira de crédito e arrendamento mercantil	648.750
Resultado do Semestre	(3.453)
Patrimônio Líquido	90.122
Índice de Basiléia II	15,08%

Remuneração de acionistas

Consoante estatuto social, ao final de cada exercício social, caso sejam apurados lucros, o Banco deverá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.

A Diretoria

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A., em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Bruna Oliveira de Araujo
Contadora
CRC nº 1 SP 303868/O-6

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.
Balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025	Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa		6.189	40.480	Passivos financeiros ao custo amortizado		583.098	716.586
Disponibilidades	4	6.189	20.480	Depósitos	11	173.111	211.106
Aplicações Financeiras	4	-	20.000	Obrigações por empréstimos	12	370.886	467.487
				Dívida Subordinada	12	34.597	36.206
Ativos financeiros ao custo amortizado		612.580	722.800	Outros passivos financeiros	13	4.505	1.787
Operações de arrendamento mercantil	6	104.761	139.103	Passivos fiscais correntes e diferidos	16b	7.074	10.324
Operações de crédito	6	543.989	629.841	Passivos tributários correntes		1.503	956
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(36.170)	(46.144)	Obrigações fiscais diferidas		5.571	9.368
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5	641	2.258	Outros passivos	14	3.001	3.354
Instrumentos financeiros derivativos		641	2.258	Patrimônio líquido	15	90.122	93.575
Ativos fiscais correntes e diferidos	16a	51.457	53.384	Capital social		87.563	87.563
Ativos tributários correntes		3.341	2.371	Reservas de lucros		19.391	19.391
Ativos fiscais diferidos		48.116	51.013	Prejuízo acumulado		(16.832)	(13.379)
Outros ativos	8	9.447	3.095				
Outros valores e bens	9	2.058	1.742				
Imobilizado de uso	10	923	81				
Total do ativo		683.295	823.839	Total do passivo e Patrimônio líquido		683.295	823.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstração do resultado

Para o semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto o valor do prejuízo por ação)

		2026	2025
	Nota	1º Semestre	1º Semestre
Receitas da intermediação financeira		25.867	44.774
Resultado de crédito e arrendamento mercantil	18a	27.093	45.691
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		332	96
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	18c	(1.558)	(1.013)
Despesas de intermediação financeira		(18.665)	(48.503)
Resultado de Captação	18b	(14.042)	(33.493)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7	9.974	(15.010)
Resultado de intermediação de venda	7	(14.597)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		7.202	(3.729)
Outras receitas (despesas) operacionais		(10.685)	(8.139)
Receita de prestação de serviços	18d	4.798	6.312
Despesa com pessoal	18e	(7.065)	(6.666)
Outras despesas administrativas	18f	(7.660)	(7.255)
Despesas tributárias	18g	(1.501)	(1.420)
Outras despesas operacionais	18i	(2.396)	(1.044)
Outras receitas operacionais	18h	2.901	2.836
Despesas com outras provisões		238	(902)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(3.483)	(11.868)
Tributos sobre o lucro		30	5.164
Imposto de renda e contribuição social correntes	16d	(869)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16c	899	5.164
Prejuízo Líquido do semestre / exercício		(3.453)	(6.704)
Número de ações	15	87.563.586	87.563.586
Prejuízo por ação		(0,039434)	(0,076562)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
Para o semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Prejuízo Líquido do semestre	(3.453)	(6.704)
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado	-	
Resultado abrangente	<u>(3.453)</u>	<u>(6.704)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para o semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros		Prejuízo acumulado	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro 2024		87.563	1.064	18.327	-	106.956
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21		-	-		(2.725)	(2.725)
Saldos em 1 de janeiro de 2025		87.563	1.064	18.327	(2.725)	104.231
Prejuízo do semestre		-	-	-	(6.704)	(6.704)
Saldos em 30 de Junho de 2025	15	87.563	1.064	18.327	(9.429)	97.525
Saldos em 31 de dezembro de 2025		87.563	1.064	18.327	(13.379)	93.575
Prejuízo do semestre					(3.453)	(3.453)
Reserva de lucros		-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2026	15	87.563	1.064	18.327	(16.832)	90.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Para o semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

		2026	2025
	Nota	1º Semestre	1º Semestre
Atividades operacionais			
Prejuízo do semestre		(3.453)	(6.704)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	(9.974)	15.010
Depreciação		77	17
Marcação à mercado de derivativos e hedge accounting		23	950
Perdas em outros valores e bens		380	902
Ativo fiscal corrente e diferido	16 c e 16d	(30)	(5.164)
Prejuízo ajustado		(12.978)	5.011
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		112.609	22.005
Operações de crédito e arrendamento mercantil		121.161	25.949
Outros ativos		(7.669)	(6.361)
Outros valores e bens		(58)	(3.148)
Ativos fiscais correntes		(824)	5.565
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		(133.922)	12.583
Depósitos		(37.995)	(4.130)
Obrigações por empréstimos		(96.389)	20.783
Dívida subordinada		(1.610)	733
Outros passivos financeiros		2.703	2.302
Outros passivos		(355)	28
Passivos tributários correntes		547	(5.039)
Impostos Pagos		(824)	(2.093)
Caixa líquido gerado e (utilizado) nas atividades operacionais		(34.291)	39.599
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(34.291)	39.599
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre	4	40.480	6.316
No fim do semestre	4	6.189	45.915
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(34.291)	39.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) em 06 de outubro de 2015 como uma Sociedade de Arrendamento Mercantil. Com o objetivo de ampliar o leque de produtos oferecidos a clientes e parceiros, o Banco solicitou autorização para operar como banco múltiplo (carteiras de investimento e arrendamento mercantil), a qual foi concedida em 07 de maio de 2020.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN que incluem as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e BACEN e são consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – SFN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade, onde foi avaliada a capacidade operacional no futuro previsível por meio de plano de negócios, orçamentos, fluxos de caixa, entre outros aspectos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos já homologados pelo BACEN, excetuando o CPC 41- Resultado por ação, o qual não foi adotado pelo Banco por não ser companhia aberta.

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, foram aprovadas para divulgação em 27 de agosto de 2026.

2.1 Reclassificação de saldos

O Banco, na preparação de suas demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, revisou a classificação de determinados saldos do balanço patrimonial, de forma a melhor refletir suas naturezas e características econômicas. Para fins de comparabilidade, o Banco optou por reapresentar os saldos comparativos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A reapresentação refere-se à reclassificação dos saldos de dívida subordinada, anteriormente apresentados na rubrica "Obrigações por empréstimos", para rubrica específica de "Dívida subordinada" no balanço patrimonial. Tal reclassificação não produziu impactos no resultado do período, no patrimônio líquido, nos fluxos de caixa ou nos indicadores financeiros do Banco, alterando apenas a apresentação das demonstrações contábeis.

Assim, as seguintes reclassificações foram efetuadas, para fins de comparabilidade, nos saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Rubrica / Conta	Saldo Anteriormente Apresentado		Saldo Reclassificado
<u>Balanço Patrimonial</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>31/12/2025</u>
Obrigações por empréstimos	503.693	(36.206)	467.487
Dívida Subordinada	-	36.206	36.206

2.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas existentes:

Resolução CMN nº 4.966/21 – Instrumentos financeiros e derivativos

Estabelece novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, ativos e passivos, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo efetiva a partir de 1º de janeiro de 2027. A Administração concluiu que a norma é aplicável ao Banco, os impactos estão sendo avaliados e serão concluídos e aplicados até o início de vigência da normativa.

Resolução CMN nº 5.296/2026 – Indicador de Liquidez de Curto Prazo Simplificado

Em 23 de abril de 2026, o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução CMN nº 5.296, que instituiu o Indicador de Liquidez de Curto Prazo Simplificado – LCRS para determinadas instituições enquadradas nos Segmentos S3 e S4 autorizadas a captar recursos do público.

A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2027 e estabelece limite mínimo diário de 90% até 30 de junho de 2027 e de 100% a partir de 1º de julho de 2027.

A Administração concluiu preliminarmente que a norma é aplicável ao Banco e iniciou a avaliação dos impactos sobre a gestão de liquidez, a composição dos ativos líquidos, o perfil de captação e os respectivos processos e controles. Os impactos serão concluídos até o início da vigência normativa.

Resolução CMN nº 5.252 – Ativos e passivos de sustentabilidade

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na mensuração, no reconhecimento, na baixa e na evidenciação contábeis de ativos e de passivos de sustentabilidade. Aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em 25 de setembro de 2025, uniformiza o tratamento contábil de ativos e passivos de sustentabilidade (como créditos de carbono) para instituições financeiras. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Administração está avaliando a aplicação e os impactos para o Banco e serão concluídos até o início da vigência normativa.

Lei Complementar nº 214/2025

Regulamenta pontos centrais da Reforma Tributária brasileira. Sancionada em 16 de janeiro de 2025, ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), além de criar o Comitê Gestor do IBS. O Banco acompanha atentamente a regulamentação da LC 214/2025, cujos efeitos quantitativos e qualitativos encontram-se sob análise, onde serão aplicados a partir de 1º de janeiro de 2027.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, de acordo com as condições previstas em contrato, observando-se o critério pro-rata dia para aquelas de natureza financeira e incluindo efeitos de variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos indexados.

Não são apropriadas as receitas de arrendamento e de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 90 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. As referidas receitas serão reconhecidas quando do seu efetivo recebimento.

b) Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “*pro rata die*” e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c) Apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela Resolução CMN 4.818/20.

d) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

e) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

f) Ativos Financeiros

A partir da implementação da Resolução CMN 4.966/21, os ativos financeiros devem ser classificados conforme o modelo de negócios e as características de seus fluxos contratuais. Dessa forma são classificados entre as categorias:

- custo amortizado;
- valor justo no resultado; e
- valor justo em outros resultados abrangentes.

Esta classificação é definida com base nos modelos de negócio estabelecidos pelo Banco e nos resultados dos testes de SPPJ. Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

f.1) Ativos financeiros mensurados a custo amortizado ("CA")

De acordo com o modelo de negócios da instituição, os ativos financeiros são classificados na categoria custo amortizado (CA), considerando:

- O objetivo do modelo de negócios é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais;
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas;
- Os ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objetivo de rentabilidade sobre o patrimônio líquido, dentro dos limites específicos de risco estabelecidos e aprovados pela diretoria do Banco;
- As receitas são reconhecidas no resultado utilizando-se o método de juros efetivos, quando aplicadas;
- Não são reconhecidas receitas de ativos classificados como problemáticos antes de seu efetivo recebimento.

f.2) Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros são classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado detendo-os para receber fluxos de caixa contratuais e vendendo. A venda não é incidental e sim parte integrante do modelo de negócios.

f.3) Valor Justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado quando estão em um modelo de negócio cujo objetivo não é coletar fluxos de caixas contratuais nem a venda. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

f.4) Passivos financeiros

O Banco deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;

g) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Simplificada, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21.

Os critérios de aplicação da metodologia simplificada são definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, que estabelece o enquadramento dos ativos financeiros em carteiras. As operações de crédito e de arrendamento mercantil do Banco são classificadas na carteira C2, nos termos da referida regulamentação.

h) Determinação da hierarquia do valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. Os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

De acordo com a Resolução 4.924/21, o Banco classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia que reflita a significância dos insumos usados no processo de mensuração:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos quais entidades pode ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: Preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.
- Nível 3: Técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo input, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

i) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para “hedge” (proteção) e seguem as orientações da Circular nº 3.082/02 do BACEN. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais. Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“hedge”) e são classificados de acordo com a sua natureza, sendo que a contabilização de hedge accounting, conforme novas disposições regulatórias, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027 sendo classificados de acordo com sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “hedge”, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período.

Hedge de Fluxo de Caixa – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de “hedge”, têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do “hedge” registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributário, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período.

j) Imobilizado de uso

O Banco reconhece os novos imobilizados pelo valor de custo, que compreendem o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20%.

A Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do CMN, determina que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.
- O Banco constitui crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre os prejuízos fiscais originados pela diferença temporária relativa ao saldo de superveniência de depreciação apresentado no final do período.
- O Banco, quando aplicável, constitui crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias, assim como os impostos diferidos sobre a exclusão do ajuste entre depreciação fiscal e contábil.

l) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a valorização de instrumentos financeiros e a realização dos créditos tributários constituídos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

m) Arrendamento de direito de uso – CPC 06

O Banco reconhece ativos e passivos decorrentes de contratos de arrendamento. Os pagamentos de arrendamento são descontados a valor presente utilizando taxa de financiamento compatível com o prazo e o risco das operações.

n) Resultado e não recorrente

O Banco classifica seus resultados como recorrentes ou não recorrentes através de políticas internas que determinam que são resultados recorrentes aqueles que estejam de acordo com o objeto social determinado em seu Estatuto Social que é “a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas de crédito, investimento e arrendamento mercantil, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas às sociedades da espécie, de acordo com as disposições legais regulamentares”. Para que um resultado seja considerado não recorrente ele precisa adicionalmente não ter previsibilidade de ocorrência nos próximos 3 exercícios seguintes. Considerando a política estabelecida, a Administração considera que em a totalidade do resultado do período de 2026 são oriundos de resultados recorrentes com exceção do resultado de intermediação de venda divulgado na nota 7, no valor de R\$ 14.597.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Disponibilidades		
Bancos conta movimento nacional	6.189	20.480
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	-	20.000
Total Circulante	6.189	40.480

(a) Aplicação financeira com rendimento atrelado a Taxa DI.

5. Instrumentos Financeiros Derivativos

a. Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos

Indexador	Instrumento	Valor de Referência	30/06/2026				31/12/2025
			Diferencial a receber/Valor curva	Diferencial a receber/ Valor de Mercado			Diferencial a receber/ Valor de Mercado
				Ativo	Passivo	Posição Líquida	
Euro x Pré	SWAP	6.457	631	641	-	641	2.258

b. Hedge de Risco de Mercado

Conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN as operações classificadas como “Hedge” são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como “Hedge” de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado.

O “Hedge” é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado do objeto de “Hedge” num intervalo entre 80% e 125% de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN.

A efetividade das estruturas dos “Hedges” é medida mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN, apresentando um índice de 88,97% em 30/06/2026 (85,67% em 31/12/2025).

O Banco, para proteger parte das captações classificadas na rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses", contratou instrumento derivativo (SWAP - Cross Currency Swap) destinado à cobertura de hedge de risco de mercado, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Item objeto de hedge		
Valor atualizado pelas condições contratuais	7.079	12.310
Valor de mercado	7.100	12.120
Valor do ajuste a mercado – Obrigações por empréstimos	23	(190)
Instrumentos de hedge		
Valor de mercado	641	2.258
Total Circulante	10	38
Total Não Circulante	631	2.220

6. Carteira de crédito e arrendamento mercantil

a) Operações de crédito e arrendamento mercantil

i) Carteira por modalidade e prazo

Modalidade	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcela a Vencer entre 3 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	TJEO	30/06/2026	31/12/2025
Arrendamento Mercantil (nota 6b)	3.586	14.645	40.039	46.491	-	104.761	139.103
Operações de Crédito - CCB	17.474	45.239	125.732	298.995	(5.736)	481.704	575.982
Operações de Crédito - FINAME	2.072	4.953	14.860	40.319	81	62.285	53.859
Total	23.132	64.837	180.631	385.805	(5.655)	648.750	768.944

Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Setor Privado	30/06/2026	31/12/2025
Indústria	407.675	464.470
Comércio	1.909	13.843
Serviços	239.166	290.631
Total	648.750	768.944

Concentração de Crédito

	Valor	30/06/2026	Valor	31/12/2025
10 Maiores Devedores	66.347	10%	77.433	10%
20 Maiores Seguintes	77.117	12%	90.068	12%
Demais Devedores	505.286	78%	601.443	78%
Total	648.750	100%	768.944	100%

ii) Composição da Carteira por moeda e indexador

	Valor	30/06/2026	Valor	31/12/2025
Contratos em reais prefixados	391.866	60%	478.717	62%
Contratos em euros prefixados	164.577	25%	190.386	25%
Contratos em dólares prefixados	50.529	8%	54.800	7%
Contratos em reais pós-fixados	41.778	7%	45.041	6%
Total	648.750	100%	768.944	100%

O Banco considera em situação normal uma operação renegociada para a qual ocorreram pelo menos os pagamentos em dia das três primeiras parcelas do acordo inicial. Em 2026, o banco teve R\$ 12.475 (R\$1.551 no 1º semestre de 2025) em renegociações na quais apenas R\$ 55 ainda se encontra em aberto, não há saldos pendentes de anos anteriores. Além disso, o Banco não possui operações reestruturadas.

b) Operações de arrendamento mercantil

O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não pagas. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são registrados em diversas contas patrimoniais e apresentadas na linha “Operações de arrendamento mercantil” conforme requerimento da Resolução BCB n.º 2/2020. A seguir apresentamos o analítico das contas:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Arrendamento Financeiro	104.761	139.103
Arrendamentos a Receber	98.134	130.172
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(95.092)	(127.745)
Valores Residuais a Realizar	26.228	36.501
Valores Residuais a Balancear	(26.228)	(36.501)
Imobilizado de Arrendamento - Bens Arrendados	289.894	373.357
Imobilizado de Arrendamento - Depreciação Acumulada	(143.294)	(180.750)
Superveniência de Depreciação	56.248	60.861
Credores por Antecipação de VRG	(95.841)	(115.387)
Amortização Acumulada – Perdas de Arrendamento	(36.420)	(29.937)
Perdas em Arrendamento a Amortizar	78.935	68.997
Insuficiência de Depreciações – Perdas de Arrendamento	(47.803)	(40.465)
Total da Carteira de Arrendamento	104.761	139.103

i) Composição do imobilizado de arrendamento por tipo de equipamento:

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Custo de Aquisição	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil	Valor Contábil
Máquinas e Equipamentos	220.447	(93.051)	127.396	160.168
Veículos	69.447	(50.243)	19.204	32.439
Superveniência de Depreciação	-	56.248	56.248	60.861
Insuficiência de Depre. Em Perdas de Arre.	-	(47.803)	(47.803)	(40.463)
Perdas em Arrendamento a Amortizar	78.935	(36.420)	42.515	39.060
Total	368.829	(171.269)	197.560	252.065

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. A amortização das perdas de arrendamento é calculada pelo prazo de vida útil remanescente do bem após o encerramento do contrato.

ii) Composição do valor presente da carteira por tipo de equipamento

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	80.575	104.285
Veículos e afins	24.186	34.818
Total	104.761	139.103

7. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, como requerido pela Resolução CMN nº 4.966/21, estavam assim distribuídos:

Dias em Atraso	Valor da Carteira Valor Presente	Adimplido (a)		Inadimplido (b)	30/06/2026	31/12/2025
		Não Problemático	Problemático	Problemático	Total Provisão	Total Provisão
Até 30 dias	595.698	10.122	1.399	-	11.521	12.674
31 a 90 dias	29.735	3.624	218	-	3.842	3.369
91 a 120 dias	97	-	-	2	2	1.867
121 a 240 dias	5.433	-	-	2.233	2.233	5.511
Acima de 240 dias	23.442	-	-	18.572	18.572	22.723
Total Provisão	654.405	13.746	1.617	20.807	36.170	46.144

a) Casos Adimplidos Problemáticos: são contratos em que o cliente foi considerado problemático devido a estar inadimplido e voltado a realizar os pagamentos ficando então em processo de cura, ou casos em que o cliente possui mais de um contrato, porém apresenta ao menos um deles como problemático.

b) Casos Inadimplidos: são os contratos que apresentam parcelas vencidas há mais de 90 dias.

Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Saldo Inicial	46.144	22.866
Efeito da adoção inicial - 4.966/21	-	4.955
Constituição Líquida de (reversão)	(9.005)	15.010
Créditos baixados para prejuízo	(969)	(3.505)
Saldo Final	36.170	39.327

Venda de Portfólio de Créditos

Em 27/03/2026 a Companhia assinou contrato para a venda de portfólio de créditos, cujo valor nominal era de R\$ 35.510 para a parte relacionada, Locadora DL do Brasil S.A. O montante total da venda foi de R\$ 20.913, recebidos à vista.

A venda da carteira resultou em uma reversão de R\$ 15.992 da Provisão de risco de crédito e um Prejuízo de R\$ 14.597.

O efeito líquido no resultado do exercício dessa transação foi de lucro de R\$ 1.395.

8. Outros ativos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG – Comissões a Receber	618	959
Deutsche Leasing Finance GmbH – Comissões a Receber	5.136	479
Parceiros nacionais - Comissões a receber	2.190	133
Outros ¹	1.503	1.524
Total	9.447	3.095
Circulante	9.447	3.095

¹ Antecipação de salários e demais adiantamentos a funcionários

9. Outros valores e bens

a) Composição do saldo:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Equipamentos retomados ou recebidos em ação de pagamento (Bens Não de Uso Próprio)	2.634	2.825
Provisão para desvalorização de bem	(834)	(1.083)
Adiantamento ao FGC	258	-
Total	2.058	1.742

b) Movimentação - Bens Não de Uso Próprio:

	30/06/2026	30/06/2025
Descrição		
Saldo anterior	2.825	3.898
Retomada no semestre	3.990	6.827
(-) Baixa por venda de bem	(4.181)	(3.898)
Total	2.634	6.827

Os bens retomados ou recebidos em dação de pagamento são vendidos em um período máximo de 2 anos, e sobre eles são constituídas provisões para perda quando aplicável. Os bens estão registrados de acordo com os laudos de avaliação recebidos.

10. Imobilizado de uso

	30/06/2026			31/12/2025
Descrição	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Valor Contábil
Móveis e Equipamentos	42	(29)	13	15
Equipamentos de Informática	472	(413)	59	66
Software	290	(290)	-	-
Direito de uso: Imóveis	914	(63)	851	-
Total	1.718	(795)	923	81

11. Depósitos

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2026 Total	31/12/2025 Total
Depósitos Interfinanceiros (i)	36.220	50.971	37.538	124.729	165.457
Depósitos a prazo (ii)	-	-	48.382	48.382	45.649
Total	36.220	50.971	85.920	173.111	211.106

(i) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 11,82% a.a. e vencimento final em fevereiro de 2030.

(ii) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 14,55% a.a. e vencimento final em maio de 2030.

12. Obrigações por empréstimos e Dívida Subordinada

a) Composição do saldo - Empréstimos:

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2026 Total	31/12/2025 Total
Empréstimos - No País (a)	12.745	35.909	134.757	183.411	248.681
Empréstimos - No Exterior (b)	22.775	60.491	104.232	187.498	218.616
Ajuste de Hedge (vide nota 5b)	-	-	(23)	(23)	190
Total	35.520	96.400	238.966	370.886	467.487

(a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 10,22% a.a. e vencimento final em junho de 2030. As captações indexadas ao CDI são acrescidas de uma taxa de juros prefixada. Essa taxa foi em média 1,90% a.a., e as operações possuem vencimento final em março de 2030.

(b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros e Dólares à taxa de juros pré-fixados acrescidos de variação cambial e com vencimento final em junho de 2033.

b) Composição do saldo – Dívida Subordinada:

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2026 Total	31/12/2025 Total
Dívida subordinada (a)	987	2.960	30.650	34.597	36.206
Total	987	2.960	30.650	34.597	36.206

13. Outros passivos financeiros

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores de Arrendamento Mercantil	2.063	1.177
Adiantamento de Clientes de Contratos de Arrendamento Mercantil (a)	2.442	610
Total	4.505	1.787
Circulante	4.505	1.787

(a) Valor recebidos antecipadamente de clientes relacionados à contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

14. Outros passivos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Despesa com Pessoal	2.119	2.639
Serviços de terceiros	882	715
Total	3.001	3.354
 Circulante	 3.001	 3.354

15. Patrimônio líquido

▪ Capital social

O Capital Social está representado por 87.563.586 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue em 30 de junho de 2026:

Acionista	Participação %	Nro. ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing AG &Co KG	95	83.185.407	83.185
Deutsche Leasing Global GmbH	5	4.378.179	4.378
Total	100	87.563.586	87.563

a) Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art.189 da Lei 6.404/76.

Em 30 de junho de 2026, o saldo das reservas de lucros é de R\$ 19.391 e o saldo de prejuízo acumulado é de R\$ 16.832.

▪ Dividendos

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art.202 da Lei 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve distribuição de dividendos em função do prejuízo auferido.

16. Tributos

a) Ativos Fiscais correntes e diferidos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Impostos a compensar	424	279
Antecipação de Imposto de Renda	1.340	886
Antecipação de Contribuição Social	1.577	1.206
Créditos Tributários (nota 16c)	48.116	51.013
Total	51.457	53.384

b) Passivos fiscais correntes e diferidos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre salários	(296)	(395)
COFINS a Pagar	(83)	(57)
ISS a Pagar	(116)	(127)
Outros Passivos	(1.008)	(377)
Passivos fiscais diferidos (nota 16.c)	(5.571)	(9.368)
Total	(7.074)	(10.324)

c) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos

	31/12/2025	Constituição	Reversão	30/06/2026
Prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social	29.182	-	(391)	28.791
Provisão associada a risco de crédito	20.625	-	(2.962)	17.663
Marcação a mercado	562	653	-	1.215
Provisões passivas	644	-	(197)	447
Total	51.013	653	(3.550)	48.116
Obrigações fiscais diferidas sobre superveniência	(9.351)	-	5.124	(4.227)
Sobre marcação a mercado	(17)	(1.327)	-	(1.344)
Total	(9.368)	(1.327)	5.124	(5.571)

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o custo médio de captação praticado pelo Banco, aplicado sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço. A expectativa de realização dos créditos tributários é suportada por um estudo técnico elaborado pelo Banco e demonstrada a seguir:

Ano de realização	Valor nominal	Valor presente
2026	8.509	8.509
2027	8.023	7.217
2028	6.424	5.433
2029	6.834	5.531
2030	7.388	5.779
2031	5.367	4.083
Total	42.545	36.552

d) Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em 30 de junho de 2026, o Banco tem as seguintes bases de cálculo e montantes apurados:

Descrição	30/06/2026		30/06/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	(3.483)	(3.483)	(11.868)	(11.868)
Adição da superveniência de depreciação	11.857	11.857	7.086	7.086
Resultado não realizado de derivativos	(185)	(185)	295	295
Outras adições temporárias	(464)	(464)	(212)	(212)
Outras adições permanentes	17	17	69	69
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(4.946)	(4.946)	1.587	1.587
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	2.796	2.796	(3.043)	(3.043)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(839)	(839)	-	-
Base tributária	1.957	1.957	(3.043)	(3.043)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	477	392	-	-

17. Partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco podem ser assim consideradas: os administradores, a diretoria executiva e os membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social do Banco, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador.

As transações são sempre realizadas dentro de parâmetros de mercado e o resultado e o saldo de operações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.636/2018, e apresentam a seguinte composição:

Descrição	Ativos/(Passivos) 30/06/2026	Ativos/(Passivos) 31/12/2025	Receitas/(Despesas) 30/06/2026	Receitas/(Despesas) 30/06/2025
Obrigações Por Empréstimo no Exterior				
Deutsche Leasing Funding B.V.	(50.390)	(74.396)	(2.005)	(2.761)
Deutsche Sparkassen Leasing AG & CO. KG	(34.596)	(36.206)	(1.295)	(1.337)
Outros Ativos				
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG (nota 8)	618	959	4.330	3.540
Deutsche Leasing Finance GmbH (nota 8)	5.136	479	332	2.587

Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com remuneração dos administradores e gerência do Banco totalizaram R\$ 955 em 2026 (1.916 em 31 dezembro de 2025).

O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários.

18. Resultado de Intermediação Financeira

a) Operações de crédito e arrendamento mercantil

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Operações de crédito	17.613	32.544
Arrendamento financeiro	9.480	13.147
Total	27.093	45.691

b) Operações de captação no mercado

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Resultado com obrigações por empréstimos	506	(16.670)
Resultado com dívidas subordinadas	(1.294)	-
Resultado com depósitos a prazo	(3.394)	(2.305)
Resultado com depósitos interfinanceiros	(9.860)	(14.518)
Total	(14.042)	(33.493)

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.558)	(1.013)
Total	(1.558)	(1.013)

d) Receita de prestação de serviços

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Serviços prestados a ligadas ¹	4.662	6.127
Taxa de abertura de crédito	136	185
Total	4.798	6.312

¹ Refere-se a serviços de captação, análise de crédito, processamento de operações de crédito e prestação de serviço de funcionários locais para outras empresas do grupo sediadas no exterior

e) Despesas com pessoal

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Salários	2.301	2.250
Bônus	1.466	1.510
Encargos trabalhistas	1.378	1.306
Férias e 13.o salário	726	473
Assistência Médica e Odontológica	705	615
Outras despesas de pessoal	447	445
Seleção e treinamento	42	67
Total	7.065	6.666

f) Outras Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Aluguéis e Condomínio	210	247
Manutenção e conservação predial	37	48
Processamento de dados	1.215	895
Serviços do sistema financeiro	1.128	1.116
Serviços de terceiros	254	483
Serviços técnicos especializados	3.298	2.749
Despesas de transportes	477	403
Despesas com publicações	20	24
Despesas com viagens	352	607
Despesas com telefonia	83	135
Manutenção e conservação de equipamentos	145	341
Contribuição entidade de classe	150	30
Outras despesas administrativas	291	177
Total	7.660	7.255

g) Despesas tributárias

Descrição	Alíquota	30/06/2026	30/06/2025
ISS	2,00%	943	1.208
PIS	0,65%	78	30
COFINS	4,00%	480	182
Total		1.501	1.420

h) Outras Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Descontos obtidos	-	65
Reversão de provisão de Bônus	1.319	1.049
Receita de multas contratuais	1.582	1.536
Lucro na venda de bens	-	186
Total	2.901	2.836

i) Outras Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo na venda de bens	77	17
Outras	333	845
Depreciação de bens de não uso	1.986	182
Total	2.396	1.044

19. Ativos e passivos contingentes

O Banco não possui passivos contingentes classificados com risco de perda possível ou provável que demandem divulgação ou constituição de provisão nas demonstrações financeiras. Dessa forma, não há provisão constituída no semestre findo em 30 de junho de 2026.

20. Capital regulatório

O Banco está obrigado a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 10,5%. O índice de Basileia calculado para o semestre findo em 30 de junho de 2026 é de 15,08% para o índice básico e 14,58% para o índice amplo.

21. Gerenciamento de risco

A Administração do Banco considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são realizadas em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos, e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são:

1) Riscos Operacionais: Conforme Resolução CMN 4.577/2017, o Banco considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais o Banco possa estar exposto, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas.

2) Riscos de Mercado: Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria, sendo revistos em bases anuais.

2.1) Análise de sensibilidade: O banco, com o objetivo de verificar os efeitos em seu resultado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado, realiza um teste de sensibilidade que utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento de 50 ou 100 pontos base. Para a data-base em questão os impactos seriam:

Fator de risco	30/06/2026		31/12/2025	
	+ 50 bps	+ 100 bps	+ 50 bps	+ 100 bps
Taxa de juros em reais	(25)	(50)	(24)	(47)
Cupom de moeda estrangeira	(318)	(620)	352	703

2.2) Teste de estresse: Para a apuração do risco de mercado de taxas de juros, o Banco decidiu por usar os modelos padronizados pelo Banco Central do Brasil, uma vez que somente possui a carteira banking, optando por seguir o modelo RBAN padrão, de acordo com as regras definidas pela circular nº 4.557/2017 para o teste de estresse, em especial o contido no Art 2º, item II. Com base nessa análise, o resultado (RBAN) demonstra o impacto no resultado e na alocação de capital referente às situações de estresse histórica definidos acima e demonstrados a seguir:

Fator de risco	Capital alocável	30/06/2026	Capital alocável	31/12/2025
	RBAN Original	RBAN com stress de 1%	RBAN Original	RBAN com stress de 1%
Taxas de juros em reais	1.753	1.703	1.427	1.380
Cupom de moeda estrangeira	12.925	12.305	15.729	14.978

2.3) Valor justo dos instrumentos financeiros: O Banco não transaciona seus instrumentos financeiros ativos e passivos em mercados ativos, tendo sua operação baseada em uma estrutura de banking. Dessa forma, considera o valor contábil como a aproximação equivalente ao valor justo de seus instrumentos financeiros ativos (Carteira de crédito e outros ativos financeiros) e passivos (Obrigações por empréstimos e outros passivos financeiros).

3) Riscos de Liquidez: O Banco monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência do Banco. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a Administração, e suportam o planejamento de liquidez do Banco. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa.

4) Riscos de Crédito: De acordo com a Resolução 4.557/2017, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais do Banco, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A Administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Banco.

* * *

Marcelo Festucia
Chief Executive Officer

Daniel Matiello
Accountant
CRC 1SP358541